



OF 03. Encontros de fazeres dos profissionais em antropologia.

Coordenador(es):

Januaria Pereira Mello (INCRA e NEPAM/UNICAMP)

Ministrantes:

Sessão 1:

Breno Trindade da Silva (UnB-PPGAS)

Sessão 2:

Julia Marques Dalla Costa

Sessão 3:

Mariana Balen Fernandes (UFRB)

Objetivo: Considerando o contexto atual de ataques ao exercício e à prática profissional antropológica, a oficina se propõe a ser um espaço de debate e reflexão entre profissionais de antropologia de diferentes áreas de atuação, visando a proposição de ações e encaminhamentos de diretrizes para formalização de intersecções e sobreposições das áreas de atuação. A partir do debate desses atores, a oficina objetiva consolidar redes em âmbito nacional e regional no Brasil para fortalecimento dos objetivos da categoria profissional de antropologia, esperando assim colaborar para o aprofundamento do debate no cenário atual. Metodologia: Terá início com um breve histórico das discussões sobre atuação profissional no âmbito da ABA (Comitê de Inserção Profissional) e outras redes de coletivos de antropólogas/os (como a aProa e a rede do Sudeste). Pontuará desafios macro da prática profissional da antropologia, como eventos que marcaram pontos de inflexão nas discussões sobre os desafios e avanços da profissão: investigações parlamentares e judiciais, debate sobre regulamentação da carreira, concursos públicos, espaços conquistados, entre outros. Os inscritos serão divididos em grupos, a partir do perfil similar de atuação e discutirão em torno de perguntas orientadoras, que tocarão em questões como a descrição das dificuldades e dos avanços da prática antropológica, bem como possibilidades de ações, inclusive discussão sobre a regulamentação.

A CPI da Funai e do Incra e seus desdobramentos para a prática antropológica

Autoria: Julia Marques Dalla Costa (Incra)

Cada vez mais a prática antropológica é alvo de ataques. A atual conjuntura é ambiente propício para a eclosão de movimentos que vinham sendo gestados. Junto das/os demais colegas participantes da oficina, vamos discutir sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a Funai e o Incra, em suas atribuições de demarcação de terras indígenas e quilombolas, respectivamente, a fim de refletir sobre seus desdobramentos e pensar novos caminhos a partir dessa experiência, assim como de outras iniciativas legislativas que dialogam diretamente com a prática antropológica. Ainda, vamos discutir sobre as ações do Executivo e suas (tentativas de) intervenções nas áreas de atuação das/os antropólogas/os. Esses debates estão intimamente ligados aos relativos à regulamentação, às redes profissionais, à formação, entre outros.

Formação e atuação antropológica em contextos de produção técnica

Autoria: Breno Trindade da Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Tendo em vista o contexto atual de ataques ao exercício e à prática profissional antropológica e a proposta da oficina de ser um espaço de debate e reflexão entre profissionais de antropologia de diferentes áreas de atuação, buscarei versar sobre a importância dos works técnicos como prática antropológica e sua relação



como o processo de aprendizado de um fazer, muitas vezes, marginalizado dentro da formação profissional do(a) antropólogo(a). Nas últimas décadas, cada vez mais, a atuação antropológica é demandada nos mais diversos setores da sociedade ao mesmo tempo em que é colocada à prova enquanto fazer científico. Nesse sentido, até que ponto, nós profissionais de antropologia, estamos sendo qualificados para uma atuação que requer especificidades diferentes daquelas das práticas acadêmicas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: